

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

## FOLHA DE CAMPO LARGO

## FOLHA DE CAMPO LARGO

de 29/12/89 a 04/01/90 — 9

ESTADO DO PARANÁ

## EXTRATO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO NO 049/89

CONTRATANTE

CONTRATADA

OBJETO

PRAZO

VALOR

RECURSOS

PESSOAS NOMEADAS TODAS AS DÉNOMINAÇÕES CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL.

CAMPO LARGO, 10 de dezembro de 1989.

Dr. AFONSO PORTO GUIMARÃES

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO NO 050/89

CONTRATANTE

CONTRATADA

OBJETO

PRAZO

VALOR

RECURSOS

PESSOAS NOMEADAS TODAS AS DÉNOMINAÇÕES CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL.

CAMPO LARGO, 10 de dezembro de 1989.

Dr. AFONSO PORTO GUIMARÃES

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO NO 050/89

CONTRATANTE

CONTRATADA

OBJETO

PRAZO

VALOR

RECURSOS

PESSOAS NOMEADAS TODAS AS DÉNOMINAÇÕES CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL.

CAMPO LARGO, 12 de dezembro de 1989.

Dr. AFONSO PORTO GUIMARÃES

Prefeito Municipal

L E I N° 847

Data: 21 de dezembro de 1989.

Súmula: Altera disposições relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, promuo a seguinte

lei:

Art. 10.º O art. 14 da Lei nº 393 de 20 de dezembro de 1977, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14. No cálculo do imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será a seguinte:

I - 2% (dois por cento), tratando-se de terrenos;

II - 0,5% (meio por cento), tratando-se de prédios."

Art. 20. A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano será obtida com o concurso dos meios previstos no art. 12 e respectivas alíneas e art. 13 da Lei nº 393 de 20 de dezembro de 1977, estabelecendo-se para a atualização dos valores de terreno, o percentual de NCxR 200,00, no máximo, por meio quadrado e, NCxR 7,50 (sete cruzados novos e cinquenta centavos), no mínimo.

§ 10. A Planta de Valores de terrenos a que se refere a alínea "a" do art. 12 da Lei nº 393 de 20 de dezembro de 1977, dentro dos parâmetros estabelecidos no "caput" deste artigo, fixará o valor venal do imóvel.

§ 20. A base de cálculo final do imposto se estabelecerá com a aplicação de uma redução de até 90% (noventa por cento) do valor do resultante, ressalvados os terrenos que não contenham muros de alvenaria ao longo de sua testada e que sejam servidos com pavimentação, cuja redução será de, no máximo 80% (oitenta por cento).

§ 30. A Planta de Valores, bem como os valores de face de quadras, ficarão vinculados à tabela anexa, respeitados os percentuais, máximo e mínimo, aludidos no "caput" deste artigo.

Art. 20. O imposto será pago, no máximo, em até 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas, sujeitas a atualização monetária, mensal, pelo BTW ou, em sua falta, indexador que veja a ser adotado pelo Governo Federal.

§ 10. Para pagamento, à vista, será concedido o desconto de 20% (vinte por cento) do valor do imposto.

§ 20. O valor mínimo de imposto sujeito ao parcelamento é de NCxR 100,00 (cem cruzados novos), observadas as demais condições estabelecidas por regulamentação.

Art. 40. O Poder Executivo, por decreto, fixará a forma e prazo de arrecadação do imposto.

Art. 50. Em consequência desta lei, são expressamente revogados os artigos 1º a 2º da Lei nº 395 de 19 de junho de 1978, a Lei nº 477 de 28 de dezembro de 1979, a Lei nº 607 de 28 de junho de 1987, a Lei nº 644 de 4 de dezembro de 1984, o art. 4º da Lei nº 644 de 10 de dezembro de 1985, e demais disposições em contrário.

Parágrafo Único. As zonas fiscais a que se referem as Leis nºs 644 de 4 de dezembro de 1984 e 625 de 25 de novembro de 1986, subirão, exclusivamente, para fins de identificação do imóvel quando do lançamento do imposto e, para os fins da Lei nº 619 de 19 de dezembro de 1989.

Art. 60. Esta lei, com os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1989, terá vigência a partir da data de publicação em órgão oficial do Município, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 28 de dezembro de 1989.

Dr. AFONSO PORTO GUIMARÃES

Prefeito Municipal

L E I N° 848

Data: 21 de dezembro de 1989.

Súmula: Dá nova redação aos artigos 4º e 7º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis urbanos será determinado de conformidade com a legislação estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto, pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão especial de avaliação, constituída por um representante, respectivamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis urbanos será determinado de conformidade com a legislação estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto, pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão especial de avaliação, constituída por um representante, respectivamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis

urbanos será determinado de conformidade com a legislação

estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto,

pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão espe-

cial de avaliação, constituída por um representante, respecti-

veamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Or-

camento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis

urbanos será determinado de conformidade com a legislação

estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto,

pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão espe-

cial de avaliação, constituída por um representante, respecti-

veamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Or-

camento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis

urbanos será determinado de conformidade com a legislação

estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto,

pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão espe-

cial de avaliação, constituída por um representante, respecti-

veamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Or-

camento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis

urbanos será determinado de conformidade com a legislação

estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto,

pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão espe-

cial de avaliação, constituída por um representante, respecti-

veamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Or-

camento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis

urbanos será determinado de conformidade com a legislação

estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto,

pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão espe-

cial de avaliação, constituída por um representante, respecti-

veamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Or-

camento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei:

Art. 10. Dá nova redação ao parágrafo único

do art. 4º da Lei nº 787 de 6 de dezembro de 1988, conforme segue:

Parágrafo Único. O valor venal dos imóveis

urbanos será determinado de conformidade com a legislação

estabelecida para o imposto predial territorial urbano e, dos imóveis rurais, com base na regulamentação específica, através de decreto,

pelo Poder Executivo, mediante o parecer de uma comissão espe-

cial de avaliação, constituída por um representante, respecti-

veamente, da Câmara Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças e Or-

camento e um da Comunidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado

do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte

lei: